

## PETIÇÃO 10.474 DISTRITO FEDERAL

RELATOR : MIN. ALEXANDRE DE MORAES  
REQTE.(S) : SOB SIGILO  
ADV.(A/S) : SOB SIGILO

### DECISÃO

Trata-se de Petição instaurada a partir de publicações recebidas neste Gabinete e disponibilizadas nas redes sociais, por meio das quais Ivan Rejane Fonte Boa Pinto veicula diversas informações falsas acerca da atuação do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL e de seus Ministros, distribuída à minha relatoria por prevenção ao Inq. 4.781/DF.

Em decisão de 19/7/2022, à consideração de que *“as declarações constantes de suas publicações em diversas redes sociais se revestem de convocação da população para utilização abusiva dos direitos de reunião e liberdade de expressão, para atentar contra a Democracia, o Estado de Direito e suas Instituições, ignorando a exigência constitucional das reuniões serem lícitas e pacíficas, o que, por si só, pode configurar o crime de abolição violenta do Estado Democrático de Direito (art. 359-L do Código Penal)”*, determinei fossem os autos encaminhados ao Delegado de Polícia Federal Fábio Alvares Shor, autoridade policial designada para atuar nestes autos, para adoção das diligências que entendesse cabíveis e pertinentes.

Agora, a Polícia Federal representa pela realização de (a) busca e apreensão, com fundamento no art. 240 e seguintes do Código de Processo Penal; (b) prisão temporária, com fundamento no art. 1º, alínea “1”, e 2º, da Lei 7.960/89; e (c) bloqueio de redes sociais, com fulcro nos arts. 282 e 319 do Código de Processo Penal e art. 2º da Lei 12.830/2013.

Sustenta, em síntese, que Ivan Rejane Fonte Boa Pinto *“utiliza canais da rede mundial de computadores (YouTube, Facebook, Twitter) e aplicativos de mensagem para ‘mandar um recado para a esquerda brasileira’, cooptando apoiadores com o fim de ‘caçar’ e de praticar ações violentas dirigidas a integrantes de partidos políticos à esquerda do espectro ideológico, mencionando nominalmente LUÍS INÁCIO LULA DA SILVA, GLEISI HOFMAN, MARCELO FREIXO e a quem ele denomina ‘vagabundos do STF’, nomeando os ministros do Supremo Tribunal Federal LUÍS ROBERTO BARROSO, EDSON*

FACHIN, LUIZ FUX, ALEXANDRE DE MORAES, RICARDO LEWANDOVISKI, GILMAR MENDES, CARMEN LÚCIA e ROSA WEBER e recomendando que saiam do Brasil, pois irá pendurá-los de 'cabeça para baixo'".

Assim, a Polícia Federal argumenta pela necessidade de "adoção de medidas voltadas ao esclarecimento dessa situação, bem como focadas na dissuasão desse tipo de conduta, que possui risco de gerar ações violentas, diretamente por **IVAN REJANE** ou por adesão de voluntários, considerando o meio em que se praticam os atos (rede mundial de computadores e aplicativos de comunicação) e a nítida ação de cooptação de pessoas para auxiliá-lo na prática criminosa anunciada", ressaltando que, apesar das condutas ocorrerem por meio das redes sociais, não podem ser desprezadas pelas autoridades competentes. Destaca que as "publicações de ameaças contra pessoas politicamente expostas tem um grande potencial de propagação entre os seguidores do perfil, principalmente considerando o ingrediente político que envolve tais declarações, instigando uma parcela da população que, com afinidade ideológica, é constantemente utilizada para impulsionar o extremismo do discurso de polarização e antagonismo, por meios ilegais, podendo culminar em atos extremos contra a integridade física de pessoas politicamente expostas, como visto na história recente do país".

Com essas considerações, a autoridade policial vislumbrou, em tese e inicialmente, a prática dos crimes descritos nos arts. 288 (associação criminosa) e 359-L (abolição violenta do Estado Democrático de Direito), ambos do Código Penal, nos seguintes termos:

No ano de 2022, em vídeos produzidos em local não identificado e difundidos por aplicativos de comunicação e pela rede mundial de computadores (YouTube, Twitter, Facebook, Telegram) **IVAN REJANE** tenta abolir o estado democrático de direito ao propor a destituição dos ministros do Supremo Tribunal Federal e sua expulsão do país, com isso impedindo o exercício desse órgão do Poder Judiciário, ameaçando reunir pessoas voltadas a um mesmo propósito de "caçar" os ministros do STF **LUÍS ROBERTO BARROSO**, **EDSON FACHIN**, **LUIZ FUX**, **ALEXANDRE DE MORAES**, **RICARDO**

LEWANDOVISKI, GILMAR MENDES, CARMEN LÚCIA e ROSA WEBER e “pendurá-los de cabeça para baixo”.

No mesmo contexto, **IVAN REJANE**, com auxílio de pessoas não identificadas (“nós da direita”), com união de desígnios, ameaça os citados ministros do STF e políticos de esquerda, dizendo que vai caçar LUIS INÁCIO LULA DA SILVA, GLEISI HOFMAN, MARCELO FREIXO e por meio das frases: “LULA, sua batata está assando. Se eu te encontrar na rua, filho... corre, porque o bicho vai pegar para seu lado. Anda com segurança até o talo, que nós da direita vamos começar a caçar você, essa GLEISI HOFFMANN, esse FREIXO frouxo do caralho.”.

Desse modo, ressaltando a necessidade de obtenção de dados que permitam o integral esclarecimento dos fatos investigados, a Polícia Federal representa nos seguintes termos:

a) **Pela BUSCA E APREENSÃO** a ser executada nos locais a seguir indicados (endereços serão confirmados antes da expedição dos mandados) concomitantemente com DILIGÊNCIAS POLICIAIS previstas no artigo 6º do CPP;

b) **Pela PRISÃO TEMPORÁRIA** de **IVAN REJANE FONTE BOA PINTO**, CPF: 032.854.756-50, data de nascimento em 10/10/1975, filiação: IVAN REJANE DE CASTRO PINTO e MARIA DA GRACA PESSALI FONTE BOA DE CASTRO PINTO, diante das fundadas razões de que integra um grupo de pessoas voltado a diversas práticas criminosas e por ser imprescindível para a apuração criminal;

Havendo deferimento, representa também a PF pela autorização de acesso imediato e exploração do conteúdo dos documentos em qualquer suporte (físicos, mídias eletrônicas, servidores computacionais, “em nuvem” etc.), que se encontrem nos locais ou em poder das pessoas que ali estiverem, propiciando atuação célere e imediata, inclusive já no local em que se realiza a ação, de tudo mantendo Vossa

Excelência e o douto representante do MPF informados.

c) Para que a empresa **GOOGLE LLC.** implemente o imediato **bloqueio, preservação e fornecimento** do conteúdo e dados cadastrais do canal do YouTube a seguir descrito, pertencente a IVAN REJANE FONTE BOA PINTO:

- <https://www.youtube.com/c/TVPaporetoOficial/videos>

d) Para que a empresa **META INC.** implemente o imediato **bloqueio, preservação e fornecimento** do conteúdo e dados cadastrais da página do aplicativo FACEBOOK a seguir descrito, pertencente a IVAN REJANE FONTE BOA PINTO:

- <https://www.facebook.com/terapeutapaporeto/>

e) Para que a empresa **TWITTER BRASIL** implemente o imediato **bloqueio, preservação e fornecimento** do conteúdo e dados cadastrais (inclusive o último IP de login) associados ao perfil a seguir descrito, pertencente a IVAN REJANE FONTE BOA PINTO:

- @TerapeutaIvan

f) Para que a empresa **TELEGRAM** implemente o imediato **bloqueio** do grupo a seguir descrito, devendo a empresa **preservar e encaminhar** todo o conteúdo publicado, assim como todos os dados cadastrais dos usuários que integram o referido grupo, inclusive os Ip's de acesso e publicação de conteúdo:

- [t.me/+iipROucGgicxZWQ5](https://t.me/+iipROucGgicxZWQ5)

É o relatório. DECIDO.

## **I – CONSIDERAÇÕES INICIAIS**

Consta dos autos que Ivan Rejane Fonte Boa Pinto divulga notícias fraudulentas (*fake news*), revestidas de *animus caluniandi, diffamandi* ou *injuriandi*, que atingem a honorabilidade e a segurança do SUPREMO

TRIBUNAL FEDERAL, do TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL e de seus Ministros, atribuindo e/ou insinuando a prática de atos ilícitos por membros da SUPREMA CORTE.

As publicações do investigado são veiculadas nas redes sociais Twitter (<https://twitter.com/TerapeutaIvan>), Youtube (<https://www.youtube.com/c/TVPapoRetoOficial>), Facebook (<https://www.facebook.com/terapeutapaporeto/>) e Telegram ([t.me/+iipROucGgicxZWQ5](https://t.me/+iipROucGgicxZWQ5)).

As declarações constantes de suas publicações em diversas redes sociais se revestem de convocação de terceiros não identificados, com união de desígnios, para utilização abusiva dos direitos de reunião e liberdade de expressão, para atentar contra a Democracia, o Estado de Direito e suas Instituições, ignorando a exigência constitucional das reuniões serem lícitas e pacíficas, o que pode configurar os crimes de associação criminosa (art. 288 do Código Penal) e abolição violenta do Estado Democrático de Direito (art. 359-L do Código Penal).

Quanto ao ponto, a autoridade policial ressaltou, nesta representação, 3 (três) vídeos distintos contendo graves ameaças ao exercício do Poder Judiciário, nos seguintes termos:

“No vídeo intitulado **“Os Argentinos estão arrumando a merda que fizeram... não podemos deixar o Brasil se perder!”**, publicado na data de 08 de julho de 2022, no canal ‘TV Papo Reto’, da plataforma YouTube, **IVAN REJANE** afirma; ‘Nós não vamos só invadir o STF não, nós vamos pendurar vocês de cabeça pra baixo, seus filhos da puta do caralho’. Em outro trecho do vídeo, **IVAN REJANE** diz:

Eu vou dar um recado para a esquerda brasileira, principalmente pro LULA: o desgraçado põe o pé na rua, que nós vamos te mostrar o que nós vamos fazer com você, seu vagabundo do caralho, picareta, filho da puta. Anda com segurança até o talo, que nós da direita vamos começar a caçar você, essa **GLEISI HOFFMANN**, esse **FREIXO** frouxo do caralho. Todos esses que te cercam,

vagabundo! Mas principalmente esses vagabundos do STF. Se eu fosse você, BARROSO, FUX, FACHIN, MORAES, LEWANDOWSKI, MENDES, eu ficava nos Estados Unidos, em Portugal, na Europa, na puta que te pariu. Até vocês duas, vadias, CÁRMEN LÚCIA e ROSA WEBER. Sumam do Brasil. Nós vamos pendurar vocês de cabeça pra baixo. Vocês são vendidos. Essa agenda mundial gay, escrota, de ideologia de gênero, não vai ser aplicada no Brasil. Nós brasileiros, cidadãos de bem, não toleramos gente escrota como vocês.

No vídeo, IVAN REJANE atesta que irá reunir todas as forças e 'todas as pessoas que puder' para cumprir o desiderato mencionado, não apenas para invadir o STF, mas para expulsar do país 'esses juízes corruptos e essa esquerda nefasta'.

(...)

Tá na hora do cidadão de bem, não só entrar pra dentro do STF, mas de botar pra fora dessa país, pra fora, expulsar do Brasil, esses juizes corruptos e essa esquerda nefasta (...).

Em outro vídeo publicado em 01 de julho de 2022, na mesma plataforma, intitulado **"Aberta a temporada de caça aos vagabundos do STF"**, IVAN REJANE apresenta um link para ingresso em um canal do aplicativo Telegram (<https://t.me/+iipROucGgicxZWQ5>), local virtual em que pretende repassar orientações aos aderentes a sua proposta, a fim de que "cacem" os ministros e seus familiares, forçando-os a se retirarem do Supremo Tribunal Federal e do país. No vídeo, o investigado diz:

(...)

*Eu IVAN criei uma terceira forma, de nós cidadãos brasileiros de direita, gente séria, tirar do poder esses vagabundos. Se o Senado não faz a cassação com dois "s", nós*

*podemos fazer a caça. Está aberta a temporada de caça aos ministros do STF.*

*(...)*

*Eu estou criando um grupo de pessoas, via Telegram, que cabe até 200 mil pessoas no grupo, que se chama 'caçadores de rato do STF'*

*(...)*

*Nós vamos trocar informações, via Telegram, de todos os locais que esses ministros frequentem e nós brasileiros vamos para a porta desses locais e vamos adotar uma estratégia.*

Ainda no mesmo vídeo, **IVAN REJANE** afirma que a estratégia de ataque não vai se restringir aos ministros, mas também a seus familiares, mulheres e filhos, diz: “chamar os bastardinhos de bastardos, de pilantras”.

Apesar de dizer que não partiria para a violência física, em outro vídeo, publicado em seu canal na plataforma YouTube, na data de 09 de julho de 2022, intitulado “**Vamos destituir o STF e colocar o Brasil nos trilhos. O povo brasileiro vai resolver esta parada!**”, **IVAN REJANE**, afirma de forma categórica que: “eu estou dizendo, o processo da guerra, da guerra, tem muitas baixas. **Muita gente vai morrer!** Eu estou disposto a morrer pelo meu país. Eu estou disposto a morrer pelos meus ideais (...) **Meu negócio é a luta armada. Meu negócio é a luta visceral**”.

Como se vê, as manifestações, discursos de ódio e incitação à violência não se dirigiram somente a diversos Ministros da CORTE, chamados pelos mais absurdos nomes, ofendidos pelas mais abjetas declarações, mas também se destinaram a corroer as estruturas do regime democrático e a estrutura do Estado de Direito, contendo, inclusive, ameaças a pessoas politicamente expostas em razão de seu posicionamento político contrário no espectro ideológico.

O representado pleiteou o fechamento do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, a cassação imediata de todos os Ministros para acabar com a independência do Poder Judiciário, incitando a violência física contra os

Ministros, porque não concorda com os seus posicionamentos.

Historicamente, a liberdade de discussão, a ampla participação política e o princípio democrático estão interligados com a liberdade de expressão (GEORGE WILLIAMS. *Engineers is Dead, Long Live the Engineers in Constitutional Law. Second Series.* Ian D. Loveland: 2000, capítulo 15; RONALD DWORKIN, *O direito da liberdade. A leitura moral da Constituição norte-americana.* Martins Fontes: 2006; HARRY KALVEN JR *The New York Times Case: A note on the central meaning of the first amendment in Constitutional Law. Second Series.* Ian D. Loveland: 2000, capítulo 14), que tem por objeto não somente a proteção de pensamentos e ideias, mas também opiniões, crenças, realização de juízo de valor e críticas a agentes públicos, no sentido de garantir a real participação dos cidadãos na vida coletiva (Tribunal Constitucional Espanhol: S. 47/02, de 25 de febrero, FJ 3; S. 126/03, de 30 de junio, FJ 3; S. 20/02, de 28 de enero, FFJJ 5 y 6).

A Constituição protege a liberdade de expressão no seu duplo aspecto: o positivo, que é exatamente “o cidadão pode se manifestar como bem entender”, e o negativo, que proíbe a ilegítima intervenção do Estado, por meio de censura prévia.

A liberdade de expressão, em seu aspecto positivo, permite posterior responsabilidade cível e criminal pelo conteúdo difundido, além da previsão do direito de resposta. No entanto, não há permissivo constitucional para restringir a liberdade de expressão no seu sentido negativo, ou seja, para limitar preventivamente o conteúdo do debate público em razão de uma conjectura sobre o efeito que certos conteúdos possam vir a ter junto ao público.

Será inconstitucional, conforme ressaltai no julgamento da ADI 4451, toda e qualquer restrição, subordinação ou forçosa adequação programática da liberdade de expressão do candidato e dos meios de comunicação a mandamentos normativos cerceadores durante o período eleitoral, pretendendo diminuir a liberdade de opinião e de criação artística e a livre multiplicidade de ideias, com a nítida finalidade de controlar ou mesmo aniquilar a força do pensamento crítico, indispensável ao regime democrático; tratando-se, pois, de ilegítima

interferência estatal no direito individual de informar e criticar.

No célebre caso *New York Times vs. Sullivan*, a Suprema Corte Norte-Americana reconheceu ser “*dever do cidadão criticar tanto quanto é dever do agente público administrar*” (376 US, at. 282, 1964); pois, como salientado pelo professor da Universidade de Chicago, HARRY KALVEN JR., “em uma Democracia o cidadão, como governante, é o agente público mais importante” (The New York Times Case: A note on the central meaning of the first amendment in Constitutional Law. Second Series. Ian D. Loveland: 2000, capítulo 14, p. 429).

A censura prévia desrespeita diretamente o princípio democrático, pois a liberdade política termina e o poder público tende a se tornar mais corrupto e arbitrário quando pode usar seus poderes para silenciar e punir seus críticos (RONALD DWORKIN, *O direito da liberdade. A leitura moral da Constituição norte-americana*. Martins Fontes: 2006, p. 319; HARRY KALVEN JR *The New York Times Case: A note on the central meaning of the first amendment in Constitutional Law. Second Series. Ian D. Loveland: 2000, capítulo 14, p. 429*).

Os legisladores não têm, na advertência feita por DWORKIN, a capacidade prévia de “*fazer distinções entre comentários políticos úteis e nocivos*” (*O direito da liberdade. A leitura moral da Constituição norte-americana*. Martins Fontes: 2006, p. 326), devendo-se, portanto, permitir aos candidatos a possibilidade de ampla discussão dos temas de relevância ao eleitor.

Tanto a liberdade de expressão quanto a participação política em uma Democracia representativa somente se fortalecem em um ambiente de total visibilidade e possibilidade de exposição crítica das diversas opiniões sobre os principais temas de interesse do eleitor e também sobre os governantes, que nem sempre serão “*estadistas iluminados*”, como lembrava o JUSTICE HOLMES ao afirmar, com seu conhecido pragmatismo, a necessidade do exercício da política de desconfiança (*politics of distrust*) na formação do pensamento individual e na autodeterminação democrática, para o livre exercício dos direitos de sufrágio e oposição; além da necessária fiscalização dos órgãos

governamentais.

No célebre caso *Abrams v. United States*, 250 U.S. 616, 630-1 (1919), OLIVER HOLMES defendeu a liberdade de expressão por meio do *mercado livre das ideias* (*free marketplace of ideas*), em que se torna imprescindível o embate livre entre diferentes opiniões, afastando-se a existência de verdades absolutas e permitindo-se a discussão aberta das diferentes ideias, que poderão ser aceitas, rejeitadas, desacreditadas ou ignoradas; porém, jamais censuradas, selecionadas ou restringidas pelo Poder Público que deveria, segundo afirmou em divergência acompanhada pelo JUSTICE BRANDEIS, no caso *Whitney v. California*, 274 U.S. 357, 375 (1927), “renunciar a arrogância do acesso privilegiado à verdade”.

RONALD DWORKIN, mesmo não aderindo totalmente ao mercado livre das ideias, destaca que:

“a proteção das expressões de crítica a ocupantes de cargos públicos é particularmente importante. O objetivo de ajudar o mercado de ideias a gerar a melhor escolha de governantes e cursos de ação política fica ainda mais longínquo quando é quase impossível criticar os ocupantes de cargos públicos” (O direito da liberdade. A leitura moral da Constituição norte-americana. Martins Fontes: 2006, p. 324).

No âmbito da Democracia, a garantia constitucional da liberdade de expressão não se direciona somente à permissão de expressar as ideias e informações oficiais produzidas pelos órgãos estatais ou a suposta verdade das majorias, mas sim garante as diferentes manifestações e defende todas as opiniões ou interpretações políticas conflitantes ou opositoras, que podem ser expressadas e devem ser respeitadas, não porque necessariamente são válidas, mas porque são extremamente relevantes para a garantia do pluralismo democrático (cf. HARRY KALVEN JR. The New York Times Case: A note on the central meaning of the first amendment in *Constitutional Law*. Second Series. Ian D. Loveland: 2000, capítulo 14, p. 435).

As opiniões existentes são possíveis em discussões livres, uma vez que faz parte do princípio democrático “*debater assuntos públicos de forma irrestrita, robusta e aberta*” (Cantwell v. Connecticut, 310 U.S. 296, 310 (1940), quoted 376 U.S at 271-72).

O direito fundamental à liberdade de expressão, portanto, não se direciona somente a proteger as opiniões supostamente verdadeiras, admiráveis ou convencionais, mas também àquelas que são duvidosas, exageradas, condenáveis, satíricas, humorísticas, bem como as não compartilhadas pelas maiorias (*Kingsley Pictures Corp. v. Regents*, 360 U.S 684, 688-89, 1959).

A Corte Europeia de Direitos Humanos afirma, em diversos julgados, que a liberdade de expressão:

“constitui um dos pilares essenciais de qualquer sociedade democrática, uma das condições primordiais do seu progresso e do desenvolvimento de cada um. Sem prejuízo do disposto no n.º 2 do artigo 10.º, ela vale não só para as «informações» ou «ideias» acolhidas com favor ou consideradas como inofensivas ou indiferentes, mas também para aquelas que ferem, chocam ou inquietam. Assim o exige o pluralismo, a tolerância e o espírito de abertura, sem os quais não existe «sociedade democrática». Esta liberdade, tal como se encontra consagrada no artigo 10.º da Convenção, está submetida a exceções, as quais importa interpretar restritivamente, devendo a necessidade de qualquer restrição estar estabelecida de modo convincente. A condição de «necessário numa sociedade democrática» impõe ao Tribunal determinar se a ingerência litigiosa corresponde a «uma necessidade social imperiosa” (ECHR, Caso Alves da Silva v. Portugal, Queixa 41.665/2007, J. 20 de outubro de 2009)

A Democracia não existirá e a livre participação política não florescerá onde a liberdade de expressão for ceifada, pois esta constitui condição essencial ao pluralismo de ideias, que por sua vez é um valor estruturante para o salutar funcionamento do sistema democrático.

Lembremo-nos que, nos Estados totalitários no século passado – comunismo, fascismo e nazismo –, as liberdades de expressão, comunicação e imprensa foram suprimidas e substituídas pela estatização e monopólio da difusão de ideias, informações, notícias e educação política, seja pela existência do serviço de divulgação da verdade do partido comunista (pravda), seja pela criação do Comitê superior de vigilância italiano ou pelo programa de educação popular e propaganda dos nazistas, criado por Goebbels; com a extinção da multiplicidade de ideias e opiniões, e, conseqüentemente, da Democracia.

Essa estreita interdependência entre a liberdade de expressão e o livre exercício dos direitos políticos, também, é salientada por JONATAS E. M. MACHADO, ao afirmar que:

“o exercício periódico do direito de sufrágio supõe a existência de uma opinião pública autônoma, ao mesmo tempo que constitui um forte incentivo no sentido de que o poder político atenda às preocupações, pretensões e reclamações formuladas pelos cidadãos. Nesse sentido, o exercício do direito de oposição democrática, que inescapavelmente pressupõe a liberdade de expressão, constitui um instrumento eficaz de crítica e de responsabilização política das instituições governativas junto da opinião pública e de reformulação das políticas públicas... O princípio democrático tem como corolário a formação da vontade política de baixo para cima, e não ao contrário” (*Liberdade de expressão. Dimensões constitucionais da esfera pública no sistema social*. Editora Coimbra: 2002, p. 80/81).

No Estado Democrático de Direito, não cabe ao Poder Público previamente escolher ou ter ingerência nas fontes de informação, nas ideias ou nos métodos de divulgação de notícias ou, no controle do juízo de valor das opiniões dos pré-candidatos, candidatos e seus apoiadores ou dos meios de comunicação e na formatação de programas jornalísticos ou humorísticos a que tenham acesso seus cidadãos, por tratar-se de insuportável e ofensiva interferência no âmbito das liberdades individuais e políticas.

O funcionamento eficaz da democracia representativa exige absoluto respeito à ampla liberdade de expressão, possibilitando a liberdade de opinião, de criação artística; bem como a proliferação de informações, a circulação de ideias; garantindo-se, portanto, os diversos e antagônicos discursos – moralistas e obscenos, conservadores e progressistas, científicos, literários, jornalísticos ou humorísticos, pois, no dizer de HEGEL, é no espaço público de discussão que a verdade e a falsidade coabitam.

A liberdade de expressão permite que os pré-candidatos, candidatos e seus apoiadores e os meios de comunicação optem por determinados posicionamentos e exteriorizem seu juízo de valor; bem como autoriza programas humorísticos e sátiras realizados a partir de trucagem, montagem ou outro recurso de áudio e vídeo, como costumeiramente se realiza, não havendo nenhuma justificativa constitucional razoável para a interrupção durante o período eleitoral.

Note-se que, em relação à liberdade de expressão exercida inclusive por meio de sátiras, a Corte Europeia de Direitos Humanos referendou sua importância no livre debate de ideias, afirmando que “a sátira é uma forma de expressão artística e de comentário social que, além da exacerbação e a deformação da realidade que a caracterizam, visa, como é próprio, provocar e agitar”. Considerando a expressão artística representada pela sátira, a Corte entendeu que:

“sancionar penalmente comportamentos como o que o requerente sofreu no caso pode ter um efeito dissuasor relativamente a intervenções satíricas sobre temas de interesse geral, as quais podem também desempenhar um papel muito importante no livre debate das questões desse tipo, sem o que não existe sociedade democrática”. (ECHR, Caso Alves da Silva v. Portugal, Queixa 41.665/2007, J. 20 de outubro de 2009)

A plena proteção constitucional da exteriorização da opinião (aspecto positivo) não significa a impossibilidade posterior de análise e responsabilização de pré-candidatos, candidatos e seus apoiadores por

eventuais informações injuriosas, difamantes, mentirosas, e em relação a eventuais danos materiais e morais, pois os direitos à honra, intimidade, vida privada e à própria imagem formam a proteção constitucional à dignidade da pessoa humana, salvaguardando um espaço íntimo intransponível por intromissões ilícitas externas, mas não permite a censura prévia pelo Poder Público.

Nesse cenário, a livre circulação de pensamentos, opiniões e críticas visam a fortalecer o Estado Democrático de Direito e à democratização do debate no ambiente eleitoral, de modo que a intervenção da Justiça Eleitoral deve ser mínima em preponderância ao direito à liberdade de expressão dos candidatos. Ou seja, a atuação da Justiça Eleitoral deve coibir práticas abusivas ou divulgação de notícias falsas, de modo a proteger o regime democrático, a integridade das Instituições e a honra dos candidatos, garantindo o livre exercício do voto (TSE, RESpe 0600025-25.2020 e AgR no Arespe 0600417-69, Rel. Min. ALEXANDRE DE MORAES).

A Constituição Federal não permite aos pré-candidatos, candidatos e seus apoiadores, inclusive em período de propaganda eleitoral, a propagação de discurso de ódio, ideias contrárias à ordem constitucional e ao Estado Democrático (CF, art. 5º, XLIV, e art. 34, III e IV), tampouco a realização de manifestações nas redes sociais ou através de entrevistas públicas visando ao rompimento do Estado de Direito, com a extinção das cláusulas pétreas constitucionais – Separação de Poderes (CF, art. 60, §4º), com a consequente instalação do arbítrio.

**Liberdade de expressão não é Liberdade de agressão!**

**Liberdade de expressão não é Liberdade de destruição da Democracia, das Instituições e da dignidade e honra alheias!**

**Liberdade de expressão não é Liberdade de propagação de discursos mentirosos, agressivos, de ódio e preconceituosos!**

A Constituição Federal consagra o binômio “LIBERDADE e RESPONSABILIDADE”; não permitindo de maneira irresponsável a

efetivação de abuso no exercício de um direito constitucionalmente consagrado; não permitindo a utilização da “liberdade de expressão” como escudo protetivo para a prática de discursos de ódio, antidemocráticos, ameaças, agressões, infrações penais e toda a sorte de atividades ilícitas.

## **II – DA BUSCA E APREENSÃO**

A inviolabilidade domiciliar constitui uma das mais antigas e importantes garantias individuais de uma Sociedade civilizada, pois engloba a tutela da intimidade, da vida privada, da honra, bem como a proteção individual e familiar do sossego e tranquilidade, inclusive do local onde se exerce a profissão ou a atividade, desde que constitua ambiente fechado ou de acesso restrito ao público (HC nº 82.788/RJ, 2ª T, Rel. Min. CELSO DE MELLO). Esse fundamental direito, porém, não se reveste de caráter absoluto (RHC 117159, 1ª T, Rel. Min. LUIZ FUX) e não deve ser transformado em garantia de impunidade de crimes, que, eventualmente, em seu interior se pratiquem ou que possibilitem o armazenamento de dados probatórios necessários para a investigação (RT 74/88, 84/302); podendo ser, excepcionalmente, afastado durante a persecução penal do Estado, desde que presentes as hipóteses constitucionais e os requisitos legais (RE 603.616/RO, Repercussão Geral, Pleno, Rel. Min. GILMAR MENDES; HC 93.050-6/RJ, 2ª T, Rel. Min. CELSO DE MELLO; HC 97567, 2ª T, Rel. Min. ELLEN GRACIE).

Na espécie estão presentes os requisitos do art. 240 do Código de Processo Penal, para a ordem judicial de busca e apreensão no domicílio pessoal, pois devidamente motivada em fundadas razões que, alicerçadas em indícios de autoria e materialidade criminosas, sinalizam a necessidade da medida para colher elementos de prova relacionados à prática de infrações penais. Quanto ao ponto, assim se posicionou a autoridade policial:

O objetivo da **busca e apreensão** é obter informações aptas a fomentar a compreensão do fato em sua inteireza, tentar

individualizar quem se articula com **IVAN REJANE FONTE BOA PINTO** e o respectivo nível de engajamento das pessoas que podem estar em torno do fato, identificando aqueles que aderem, com vontade livre e consciente, às práticas criminosas investigadas. Essa elucidação só será possível com o avanço da apuração e com a realização de ações céleres, adequadas e proporcionais, direcionadas ao responsável pelo conteúdo propositor da prática violenta e da arregimentação de pessoas aderentes a sua causa.

Imprescindível e urgente o ingresso em local de domínio de **IVAN REJANE FONTE BOA PINTO** para buscar documentos, mídias, armas, ferramentas ou quaisquer outros elementos que indiquem sua propensão à prática que anuncia, bem como a existência de apoiadores em atos iniciais ou preparatórios da prática violenta.

Efetivamente, a solicitação está circunscrita à pessoa física em tese vinculada aos fatos investigados e os locais da busca estão devidamente indicados, limitando-se aos endereços pertinentes. Nesse cenário, tenho por atendidos os pressupostos necessários ao afastamento da garantia constitucional da inviolabilidade do domicílio, encontrando-se justificada a ação invasiva na procura de outras provas das condutas ora postas sob suspeita.

### **III – DA PRISÃO TEMPORÁRIA**

Para o sucesso da medida de busca e apreensão, nos termos do tópico anterior, a Polícia Federal também defende a necessidade de decretação da custódia temporária do representado, para evitar que *“IVAN REJANE FONTE BOA PINTO, ao se ver confrontado com a ação estatal, aja para suprimir elementos de prova, para se comunicar com membros do grupo que alega pertencer ou simplesmente perturbe os rumos da investigação criminal que ora se inicia”*.

De acordo com os arts. 1º, I e III, alínea I, e 2º, ambos da Lei 7.960/89, a prisão temporária poderá ser decretada quando imprescindível para as

investigações do inquérito policial, e quando houver fundadas razões, de acordo com qualquer prova admitida na legislação penal, de autoria ou participação do indiciado nos crimes de quadrilha ou bando (art. 288, do Código Penal, atualmente "associação criminosa"), dentre outros.

No caso dos autos, ressaltando tratar-se de medida cautelar de natureza pessoal, sustenta a Polícia Federal a presença dos requisitos do *fumus comissi delicti* e do *periculum libertatis*, pois:

“Conforme demonstrado nos vídeos publicados em seu canal na plataforma YouTube, **IVAN REJANE** articula de forma concreta a reunião de pessoas para que, por meio de grave ameaça e violência, mediante inclusive a “luta armada”, cacem os ministros do Supremo Tribunal Federal, para destituí-los de suas funções judicantes pelos simples fato de, no entender do investigado, atuarem contrário ao seu posicionamento político-ideológico, visando com isso, tentar restringir o exercício do Poder Judiciário. Tais condutas, conforme exposto, têm o potencial de agravar o quadro de polarização em que se encontra o país em período pré-eleitoral e culminar por promover a adesão de pessoas às condutas violentas propostas. Os vídeos apresentados foram publicados no início do mês de julho de 2022, há mais de 11 dias. Somente um dos vídeos teve mais de vinte e oito mil visualizações. Tais elementos revelam o perigo concreto da conduta perpetrada pelo investigado”.

Efetivamente, os fatos narrados condizem com os elementos probatórios colhidos no âmbito dos Inqs 4.781/DF (*fake news*) e 4.828/DF (atos antidemocráticos), bem como se assemelham ao *modus operandi* que resultou na instauração do Inq. 4.874/DF.

Esses elementos demonstram uma possível organização criminosa que tem por um de seus fins desestabilizar as instituições republicanas, principalmente aquelas que possam contrapor-se de forma constitucionalmente prevista a atos ilegais ou inconstitucionais, como o SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, utilizando-se de uma rede virtual de apoiadores que atuam, de forma sistemática, para criar ou compartilhar

mensagens que tenham por mote final a derrubada da estrutura democrática e o Estado de Direito no Brasil.

Essa organização criminoso, ostensivamente, atenta contra a Democracia e o Estado de Direito, especificamente contra o Poder Judiciário e em especial contra o SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, pleiteando a cassação de seus membros e o próprio fechamento da Corte Máxima do País, com o retorno da Ditadura e o afastamento da fiel observância da Constituição Federal da República.

Entendo, portanto, a pertinência da medida, para que seja possível garantir a prova que deverá ser obtida em colheita de elementos de prova e com o objetivo de elucidar as infrações penais atribuídas à associação criminoso em toda sua extensão.

#### **IV – DA NECESSIDADE DO BLOQUEIO DAS REDES SOCIAIS – CESSAÇÃO DE ATIVIDADE CRIMINOSA**

Conforme já consignado nesta decisão, os fatos apurados revelam que IVAN REJANE FONTE BOA PINTO utiliza suas redes sociais e aplicativos de mensagens para propagar e arregimentar pessoas para seu intento criminoso.

Em face dessas provas juntadas aos autos, imprescindíveis a realização de novas diligências, inclusive com o afastamento excepcional de garantias individuais que não podem ser utilizados como um *verdadeiro escudo protetivo* para a prática de atividades ilícitas, tampouco como argumento para afastamento ou diminuição da responsabilidade civil ou penal por atos criminosos, sob pena de desrespeito a um verdadeiro Estado de Direito (HC nº 70.814-5/SP, Rel. Min. CELSO DE MELLO, Primeira Turma, DJ de 24/6/1994).

Nos termos também destacados pela PF, “IVAN REJANE atua em evidente desvio de finalidade ao exercício do direito fundamental de liberdade de expressão para travesti-lo em verdadeiro ataque ao Estado Democrático de Direito”, de modo que se torna necessária, adequada e urgente a interrupção dos discursos com conteúdo de ódio, subversão da ordem e

## PET 10474 / DF

incentivo à quebra da normalidade institucional e democrática mediante bloqueio de contas em redes sociais (Facebook, Twitter, Telegram e Instagram) do investigado, com objetivo de interromper a lesão ou ameaça a direito (art. 5º, XXXV, Constituição Federal).

### V - DISPOSITIVO

Diante de todo o exposto, com fundamento no arts. 1º, "I", e 2º, da Lei 7.960/89; **DECRETO A PRISÃO TEMPORÁRIA**, pelo prazo inicial de 5 (cinco) dias, de IVAN REJANE FONTE BOA PINTO (CPF 032.854.756-50),

Findo o prazo, nos termos do art. 2º, § 7º da Lei 7.960/89, o requerido deverá ser colocado imediatamente em liberdade, salvo se já tiver sido comunicado da prorrogação da prisão temporária ou da decretação da prisão preventiva.

### DETERMINO, AINDA:

(I) **A BUSCA E APREENSÃO** de armas, munições, computadores, *tablets*, celulares e outros dispositivos eletrônicos, bem como de quaisquer outros materiais relacionados aos fatos aqui descritos, em poder de:

IVAN REJANE FONTE BOA PINTO (CPF 032.854.756-50)  
Endereço: Rua Noeme Campolina Palhares, 235,  
Esmeraldas MG (CEP 32.800-276)  
Endereço: Rua Hélio Lazzarotti, 198, Belo Horizonte MG  
(CEP 30.750-270)

Fica a autoridade policial, desde logo, autorizada a redirecionar os

varejamentos e as retenções a logradouros alternativos de que eventualmente tenham conhecimento, no intuito de não frustrar as diligências.

Desde já, AUTORIZO o acesso a mídias de armazenamento (inclusive celulares, HDs, pen drives apreendidos, materiais armazenados em nuvem), apreendendo-se ou copiando-se os arquivos daqueles julgados úteis para esclarecimento dos fatos sob investigação

Expeçam-se os mandados, dirigidos à Polícia Federal, nos termos do art. 243 do Código de Processo Penal.

**(II) A EXPEDIÇÃO DE OFÍCIO ÀS EMPRESAS TWITTER, YOUTUBE E FACEBOOK**, para que procedam ao bloqueio dos canais abaixo discriminados, com o fornecimento de seus dados cadastrais a esta SUPREMA CORTE e a integral preservação de seu conteúdo:

**II.1) Facebook**

(<https://www.facebook.com/terapeutapaporeto>)

**II.2) Twitter**

(<https://twitter.com/TerapeutaIvan>)

**II.3) Youtube**

(<https://www.youtube.com/c/TVPaporetoOficial>)

**(III) A INTIMAÇÃO DO TELEGRAM**, pelo canal eletrônico oficialmente por ele disponibilizado ([content.referral-c1@telegram.org](mailto:content.referral-c1@telegram.org)), bem como, por meio de intimação pessoal do seu representante oficial no Brasil, Alan Campos Elias Thomas (OAB/SP 315.686), para que bloqueie, imediatamente, o grupo a seguir descrito, devendo a empresa **preservar e encaminhar** todo o conteúdo publicado, assim como todos os dados cadastrais dos usuários que integram o referido grupo, inclusive os Ip's de acesso e publicação de conteúdo:

**PET 10474 / DF**

**t.me/+iipROucGgicxZWQ5**

**Dê-se ciência à Procuradoria-Geral da República para, querendo, acompanhar as diligências.**

Expeça-se o necessário.

Cumpra-se

Brasília, 20 de julho de 2022.

**Ministro ALEXANDRE DE MORAES**

**Relator**

*Documento assinado digitalmente*